

CENTRAL EÓLICA AVENTURA II S.A.																		
CNPJ nº 17.875.511/0001-50																		
Demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2022																		
Balanco Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)					Demonstração de resultado													
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)	Nota	31/12/2022	31/12/2021										
Circulante				Passivo e Patrimônio Líquido														
Caixa e equivalentes de caixa	7	15.656	4.851	Circulante														
Concessionárias	8	2.728	2.886	Fornecedores	16	1.306	7.431	Receita operacional líquida	21	31.643	23.658							
Impostos a compensar	9	247	4	Impostos a pagar	9	777	312	Custo do serviço de energia elétrica	22									
Adiantamento a fornecedores	12	30	6	Dividendos e JSCP a pagar	10	4.068	3.269	Custo com energia elétrica										
Despesas antecipadas	13	27	34	Partes relacionadas	10	-	13.886	Encargos de uso da rede elétrica		(1.671)	(1.372)							
		18.687	7.782	Empréstimos e financiamentos	17	2.192	4.263	Energia elétrica comprada para revenda		(432)	(1.569)							
				Outras contas a pagar		-	187			(2.103)	(2.941)							
						8.344	29.349											
Não circulante				Não circulante				Custo de operação	22									
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	5	Empréstimos e financiamentos	17	61.171	45.360	Depreciações e amortizações		(3.120)	(1.650)							
Partes relacionadas	10	-	288	Provisão para desmantelamento	18	405	502	Materiais e serviços de terceiros		(2.183)	(1.464)							
Cauções e depósitos vinculados	11	1.799	1.247	Outras contas a pagar		-	96	Outros custos de operação		(757)	(480)							
Imobilizado	14	90.321	93.811			61.576	45.958			(6.060)	(3.594)							
Intangível	15	4	4			69.919	75.307			(8.163)	(6.535)							
		92.124	95.355	Total do passivo				Lucro bruto		23.480	17.123							
				Patrimônio Líquido	19	17.335	17.335	Despesas e Receitas	22									
				Capital social		23.556	10.495	Despesas gerais e administrativas		(375)	(106)							
				Reservas de lucros		40.891	27.830			(375)	(106)							
				Total do patrimônio líquido		110.810	103.137											
Total do ativo		110.810	103.137	Total do passivo e patrimônio líquido		110.810	103.137											
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras																		
Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)																		
1. CONTEXTO OPERACIONAL																		
A Central Eólica Aventura II S.A. ("Companhia" ou "Aventura II"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em dezembro de 2012, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica Aventura II e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Avenida da Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, Sala 10, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.																		
1.1. Autorização do Parque Eólico Aventura II: Em 05 de junho de 2018 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 04 de junho de 2053. Em 20 de dezembro de 2017, a Companhia vendeu 11,7 MW médio de energia no Leilão de Energia 05/2017, por meio do projeto de geração eólica Aventura II, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início em janeiro de 2022, ao preço de R\$108,25/MWh. Conforme despacho ANEEL nº 2.084, o Parque Eólico Aventura II iniciou sua operação comercial em 08 de julho de 2021.																		
Usinas Eólicas																		
Modalidade	EOL Aventura II																	
Outorga	Produtor Independente																	
Estado	RN																	
Capacidade instalada (MW)	21,00																	
Energia assegurada (MWh)	13,00																	
Ano do início da operação	2018																	
Auto autorização/Registro	05/06/2018																	
	04/06/2053																	
2. BASE DE PREPARAÇÃO																		
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Boards</i> (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 28 de fevereiro de 2023. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 25, de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Áreas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentem maior complexidade, bem como que sejam as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.																		
3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO																		
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.																		
4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS																		
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas: • Imobilizado; determinação da vida útil e do valor residual, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº 14); • Provisão para desmantelamento; reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 18); • Receita operacional líquida; (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com dados da geração eólica (nota explicativa nº 21); • Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civis; reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 28).																		
5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS																		
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado. São demonstrados pelo custo amortizado, que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. b) Concessionárias: Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia futuras e não futuras. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. c) Imobilizado: O parque eólico conta, principalmente, com terrenos e edificações e máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, em Outras receitas/despesas operacionais. d) Intangível: Os ativos intangíveis compreendem os gastos com licença de uso software e servidão que estão registradas pelo custo de aquisição e itens relacionados a tecnologia, tais como, softwares e licenças. A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo do prazo de autorização da licença de operação. e) Redução ao valor recuperável - Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo financeiro: A Administração da Companhia reconhece o valor contábil dos ativos financeiros, seja de caixa, de intangível, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o valor justo menos custos para vender, valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. f) Demais ativos circulantes e não circulantes: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. g) Fornecedores: Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. h) Dividendos: De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, enquanto o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de reservas de lucros até que sejam aprovados pelo órgão competente, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. i) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. j) Provisão para desmantelamento: São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 13,55% (11,40% em 31 de dezembro de 2021) para as provisões de desmobilização. k) Provisões para contingências: São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido, amparada por seus assessores legais externos. l) Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. m) Operações de arrendamento: No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos do Parque eólico, por apresentar valor relevante e por ser de longo prazo. Pelo fato de a despesa apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por, Número/ Descrição/ Correlação IASB Natureza Data Publicação (Brasil) Obrigatoriedade de adoção Impactos Contábeis Estimados da Adoção CPC 06 (R2) - Arrendamento IFRS 16 Pronunciamento 21/12/2017 01/01/2019 Sem impactos relevantes Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios ICPSC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro IFRIC 23 Interpretação 21/12/2018 01/01/2019 Sem impactos relevantes Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios Central Eólica Babilônia I S.A. Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 13 consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos. Para os demais contratos, por serem considerados de baixo valor, a adoção da IFRS 16 não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. n) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistematiza o lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais, e para a contribuição social corrente, é calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos																		



...continuação

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	31/12/2021		31/12/2022	
	Valor líquido	Ingressos	Amortizações	Valor líquido
Intangível em serviço				
Outros	4	-	-	4
	4	-	-	4

16. FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Partes relacionadas	100	5.715
Materiais e serviços	1.206	1.716
Total	1.306	7.431

O saldo dos fornecedores corresponde substancialmente à aquisição de materiais e máquinas e equipamentos para construção do parque eólico.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

17.1. Composição do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

	Circulante	Não Circulante
	31/12/2022	31/12/2021
Principal	1.974	2.985
Encargos de dívida	219	1.278
Custo de transação	-	(347)
Total	2.192	4.263

Os contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:

Contrato

Instituição financeira	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Valor contratado	R\$ 69.338
Data da contratação	28/12/2020
Valor liberado	R\$ 66.248
Vigência do contrato	28/12/2020 a 15/01/2039
Custo da dívida	IPCA + 2,57 a.a.
Forma de pagamento	Principal e juros mensais
Custo de transação	Amortização mensal

17.2. Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Circulante	Não circulante
	31/12/2022	31/12/2021
Principal	2.985	4.263
Juros	1.278	45.751
Total	4.263	61.171

17.3. Vencimentos dos empréstimos a longo prazo

	Valor
Em 2 anos	2.484
Em 3 anos	2.716
Em 4 anos	2.919
Em 5 anos	3.002
Mais de 6 anos	50.397
Total	61.518

17.4. Garantias contratuais:

Em virtude do referido empréstimo, a Companhia cedeu os seguintes itens como garantia: ações da Companhia, receita proveniente da venda de energia elétrica no ambiente regulado e os seus ativos de geração (máquinas e equipamentos).

17.5. Obrigações contratuais: Adicionalmente, a Companhia ainda possui determinadas obrigações contratuais (covenants), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNB, abaixo detalhamos essas obrigações: • Apresentar fiança bancária referente a 100% do saldo devido; • Apresentar em conta caução e depósitos vinculados um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no 2,51% do valor desembolsado. A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim que essas obrigações sejam atendidas.

18. PROVISÃO PARA DESMANTELAMENTO

	31/12/2022	31/12/2021
Desmantelamento	405	502
Total	405	502

A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:

	Provisão
Saldo em 31/12/2021	502
Desmantelamento	(154)
Atualização monetária	56
Saldo em 31/12/2022	404

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. A provisão para desmantelamento do Parque Eólico Aventura II está registrada em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa nº 18). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico. As provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras. A Companhia revisa suas premissas para a provisão de desmantelamento periodicamente e, com a revisão finalizada em dezembro de 2022, registrou em seu balanço uma diminuição de R\$ 154. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e, posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 13,55% a.a. (11,40% em 31 de dezembro de 2021).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.6. Capital social:

O Capital social em 31 de dezembro de 2022 totalmente integralizado é de R\$ 17.335 (R\$ 17.335 em 31 de dezembro de 2021). O Capital social é composto de 49.206.400 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. A composição acionária é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
	Nº de ações	%
Aventura Holding S.A.	49.206.400	100%
Total	49.206.400	100%

20. DESTINAÇÃO DO LUCRO

Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNB, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessas de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro acumulado de R\$ 17.129 (R\$ 10.495 em 31 de dezembro de 2021).

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido apurado no exercício	17.129	14.185
Cobertura de prejuízo	-	(421)
Constituição de reserva legal (5%)	(856)	(688)
Lucro do exercício ajustado	16.273	13.076
Destinação do lucro ajustado	16.273	13.076
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	4.068	3.269
Reserva de retenção de lucros	12.204	9.807

21. RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	32.842	24.554
Total de receita bruta	32.842	24.554
Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(1.199)	(896)
Total de deduções	(1.199)	(896)
MWh comercializado (não auditado)	31.643	23.658
	102	97

22. GASTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço		
Com energia elétrica		
Encargos de uso da rede elétrica	(1.671)	(1.372)
Energia comprada para revenda	(432)	(128)
Energia operada para revenda entre partes relacionadas	(2.103)	(2.941)
Com a operação e manutenção		
Serviços de terceiros e materiais	(1.693)	(1.118)
Compartilhamento de custos	(419)	(346)
Depreciação e amortização	(3.120)	(1.650)
Seguros	(71)	(485)
Despesas tributárias	(31)	(197)
Outros despesas entre partes relacionadas	(396)	(235)
Aluguéis e arrendamentos	(6.060)	(3.594)

Aos Administradores e Acionistas

Central Eólica Aventura II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Aventura II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Aventura II S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se

CENTRAL EÓLICA AVENTURA II S.A. | CNPJ nº 17.875.511/0001-50

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas gerais	(320)	(49)
Serviços de terceiros e materiais	(22)	(15)
Doações	(35)	(42)
Outras despesas	(377)	(106)
Total	(6.538)	(6.642)

23. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	628	25
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	-	10
Juros recebidos	51	109
Total de receitas financeiras	680	135
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(4.876)	(2.024)
Comissões sobre financiamento	(51)	(22)
Ajuste a valor presente	(58)	(58)
Atualização financeira arrendamento	(4)	(21)
Outras despesas financeiras	(1)	-
Despesas com garantias bancárias	(447)	(53)
Total de despesas financeiras	(5.432)	(2.178)
Total	(4.752)	(2.043)

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ	32.842	24.554
CSLL	32.842	24.554
Total	65.684	49.108
Receita operacional	8%	12%
Alíquota aplicada sobre receita bruta	8%	12%
Receitas financeiras	679	135
Base de cálculo	3.306	4.620
Alíquotas vigentes	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social as alíquotas vigentes	(826)	(416)
Ajuste decorrente do adicional do IR	24	(52)
Resultado de IRPJ e CSLL	(802)	(416)
Alíquota efetiva	2,39%	1,24

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhar periodicamente os dados contábeis e financeiros versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração, e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

25.1. Classificação dos instrumentos financeiros: As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	Custo amortizado	Nível 2	15.656	4.851
Concessionárias	8	Custo amortizado	Nível 1	2.728	2.886
Adiantamento a fornecedores	12	Custo amortizado	Nível 1	30	6
Despesas antecipadas	13	Custo amortizado	Nível 1	27	34
Não circulante					
Cações e depósitos vinculados	11	Custo amortizado	Nível 1	1.799	1.247
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	-	288
Total				20.240	9.312
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	16	Custo amortizado	Nível 1	1.306	7.431
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	2.192	1.155
Empréstimos e financiamentos	17	Custo amortizado	Nível 2	2.192	2.985
Encargos de dívidas		Custo amortizado	Nível 2	-	1.278
Outras contas a pagar		Custo amortizado	Nível 2	-	187
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	Custo amortizado	Nível 2	61.171	45.360
Provisão para desmantelamento	18	Custo amortizado	Nível 1	405	502
Outras contas a pagar		Custo amortizado	Nível 1	-	96
Total				65.074	74.994

25.2. Mensuração a valor justo: A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo está detalhada na seção 25.3. A necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros: (i) Nível 1. Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2. Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluindo o Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; (iii) Nível 3. Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado.

Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo: Valorizados com instrumentos financeiros com as mesmas características no mercado, tiveram o valor de mercado determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxa de juros disponíveis. O reconhecimento e financiamento do BNB não foi marcado a mercado por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado).

	Valor Contábil	Valor Justo
Circulante e não circulante	63.363	63.363
Empréstimos e financiamentos	63.363	63.363
Total	63.363	63.363

25.3. Risco de mercado: O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações são impostas praticamente todos os dias pelo mercado e, portanto, representam riscos financeiros. O empréstimo e financiamento captado pela Companhia apresentado na nota explicativa nº 17 tem como contraparte o agente Banco do Nordeste (BNB). As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui risco de mercado associado à IPCA e ao CDI. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indicadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade de capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros: A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade à mudança em variáveis de mercado, supondo: Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indicadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2022 (CDI 13,65% a.a.; IPCA 5,79% a.a.); Cenário II: redução de elevação do índice em 25% e Cenário III: redução/elevação do índice em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

	Indexador	Exposição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumentos					
Ativo financeiro					
Aplicações financeiras	CDI	4.933	687	859	1.030
Cações e depósitos vinculados	FI	1.799	150	187	224
Total de ativos financeiros		6.733	837	1.046	1.254
Passivo financeiro					
Empréstimos e financiamentos	IPCA+2,57%	1.974	(165)	(206)	(247)
Empréstimos e financiamentos	IPCA+2,57%	(219)	(18)	(23)	(27)
Empréstimos e financiamentos	IPCA+2,57%	(61.518)	(5.143)	(6.429)	(7.714)
Total de passivos financeiros		(63.710)	(5.329)	(6.658)	(7.989)
Total		(56.977)	(4.489)	(5.612)	(6.735)

25.4. Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações decorrentes das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 17. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. "Covenants" são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos "covenants" impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos "covenants" quantitativos por contrato aparecem descritos individualmente na nota explicativa nº 17. Até 31 de dezembro de 2022, todos os "covenants" quantitativos e qualitativos das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude, exceto a obrigação de manter um saldo mínimo em reserva especial, motivo pelo qual poderá distribuir somente os dividendos mínimos obrigatórios a seus controladores. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7) e Caução e depósitos vinculados (nota explicativa nº 11). A Companhia em 31 de dezembro de 2022 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Além do controle de "covenants" atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratuais (nota explicativa nº 26) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode se exigir a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

mentos fluxos dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica de "Empréstimos e financiamentos" está considerado o fluxo de caixa projetado. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	1.306	1.306	1.306	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	63.363	51.951	3.889	1.921	6.705	39.436
Provisões	405	11.589	-	-	-	11.589
Partes relacionadas	4.068	-	-	-	-	-
Total	69.143	64.846	5.196	1.921	6.705	51.025

25.5. Risco de crédito: O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalente de caixa e Caução e depósito vinculados. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é:

	31/12/2021	31/12/2022
Caixa e equivalente de caixa	15.656	4.851
Concessionárias	2.728	2.886
Cauções e depósitos vinculados	1.799	1.247
Total	20.183	8.984

No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos, visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

25.6. Riscos regulatórios: As atividades da Companhia são reguladas pela Agência Reguladora de Energia (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MMRE, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

25.7. Riscos ambientais: Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, esses fatores podem trazer variação na potência do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato de venda de energia e há a possibilidade de comprometer os receitas futuras da Companhia. A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas com as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia fixa pré-estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais; (iii) a CCEE realiza apurações anuais comparando a geração alocada ao contrato versus o montante contratado, conforme segue.

Cenários	Geração x Montante Contrato	Resultados
1	Abaxo de 90%	Gera ressarcimento, déficit de energia valorado ao maior valor entre o PLD médio anual e 115% da tarifa do PPA
2	Entre 90% a 100%	Gera ressarcimento, déficit de energia valorado ao maior valor entre o PLD médio anual e 100% da tarifa do PPA
3	Acima de 100%	Gera recebimento, é valorado ao PLD no Mercado de Curto Prazo (MCP), a partir do momento que o cumprimento do contrato atinja 100%

26. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E GARANTIAS

26.1. Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2022, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	4.169	700	116	-	4.985
Total	4.169	700	116	-	4.985

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decorrer normal da atividade operacional da Companhia.

26.2. Obrigações de compra: As obrigações de compra incluem essencialmente insumos e serviços contratados para a construção do Parque Eólico. **Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado:** A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de 1º de janeiro 2022 a 31 de dezembro 2042.

Garantias

Tipo de garantias oferecida

	31/12/2022	31/12/2021
Depósito Caução (nota explicativa nº 11)	2	1.247
Penhor de ações (a)	63	49
Fiança bancária (b)	-	68

(a) Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas em favor da Companhia, foi dado em garantia todas as ações representativas da capital social das controladas, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertence à Companhia. (b) Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiandado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira. O saldo de Fiança Bancária refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição e transmissão.

27. COBERTURA DE SEGURO (NÃO AUDITADO)

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas competitivas com o seu porte operacional. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes para administração passiva, porém eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, não sendo objeto de o trabalho dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas coberturas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava a seguinte principal apólice de seguro contratada com terceiros:

	Ramos da apólice	Limite Máximo de Indenização
Descrição		
Ativo imobilizado	Riscos operacionais	96
Responsabilidade civil	Geral	56
Riscos operacionais	Danos materiais, lucros cessantes	96
Garantias & Fianças	Garantias & Fianças	76

28. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, civil e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, não tem causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável ou possível em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

29. MEIO AMBIENTE

A Companhia está sujeita à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. A Companhia através de sua área de meio ambiente corporativa, realiza acompanhamento periódico de acordo com as implicações legais e registra com base na melhor estimativa de custo. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 66.170 em 31 de dezembro de 2021, sendo registrado no resultado do imobilizado. A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis à sua operação.

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Redução de capital	-	(13.866)
Dividendos deliberados	(4.068)	(3.269)
Imobilizado (provisão para desmantelamento)	154	-

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em outubro de 2022 a EDP Renováveis do Brasil S.A. controladora final do complexo Aventureiras, composto pelas SPEs Aventura II, Aventura III, Aventura IV e Aventura V, anunciou que assinou um Contrato de Compra e Venda com Companhia Paranaense de Energia ("COPEL"), para a venda de 100% da participação acionária da Companhia. O complexo eólico Aventureiras de 105,0 MW de capacidade instalada, está localizado no estado do Rio Grande do Norte, Brasil, e está em operação desde o 31/21. O projeto, totalmente detido pela EDP, recebeu um PPA de 20 anos no leilão de energia em 2017. Em 30 de dezembro de 2022 a EDP, recebeu todas as condições precedentes do contrato de compra e venda do complexo Aventureiras com a Companhia Paranaense de Energia ("COPEL"). Em 30 de janeiro de 2